



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº5 – Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 21 de Dezembro de 2016

No dia vinte e um de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata nº 4, sessão ordinária realizada no dia 23 de setembro, do ano em curso.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.2 - Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2017 – Opções do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita / Mapa de Pessoal para 2017;

4.3 - Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no uso da autorização prévia aprovada pela assembleia Municipal, na sessão realizada no dia 22 de dezembro 2015;

4.4 - Alteração ao Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Família;

4.5 -Tribunal de Contas / Homologação das contas relativas aos exercícios de 2011 e 2012 – Recomendações / Para conhecimento.

4.6 - Pedido de apoio financeiro formulado pela Presidente da Junta de Freguesia de Pitões das Júnias, destinado ao pagamento do serviço de atendimento ao público prestado no Polo do Ecomuseu, no corrente ano de 2016;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.7 - Classificação do imóvel Hotel Rural Senhora dos Remédios em Mourilhe como monumento de interesse municipal em que é requerente António Lourenço Fontes, residente n rua da Portela, nº 5 – Mourilhe;

4.8 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Francisco Afonso Gonçalves, residente em Lama da Missa, U.F. Viade e Fervidelas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.9 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria do Sameiro Francisca Carvalho Gonçalves, residente em Lamas, U.F. Viade e Fervidelas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.10 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. João Manuel Rodrigues Mendes Duarte, residente em Montalegre, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.11 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Sebastião Armando Morais, residente em Vilaça, U.F. Paradela, Contim e Fiães, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.12 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. José Carlos Alves Barros, residente em Gralhas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.13 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Clara Pereira Carvalho Barroso, residente em Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.14 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Aldina Gonçalves Pereira, residente na Lama da Missa, nº 8, U.F. de Viade de Baixo e Fervidelas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

4.15 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Vítor Manuel Vilar Martins Pereira, residente em Lapela, Cabril, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

4.16 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Alexandre Dionísio Silva Antunes, residente em Mourilhe, destinado a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

4.17- Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Adérito Cruz Mendes Rosa, residente na rua Ramil, nº 13, Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

4.18 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Luís Barroso Fonte, residente na rua Ternoal, nº 29, Codeçoso, U.F. Meixedo e Padornelos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

4.19 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Joaquim Dias Alves, residente na rua do Avelar, nº 956, Montalegre, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

4.20 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Dias Henriques, residente na rua Casal de Marcos, nº 97, Montalegre, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

4.21 - Minuta de Contra-Programa entre os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA;

4.22 - Minuta de Contra-Programa entre o município de Montalegre, e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA;

4.23 - CIM Alto Tâmega / Plano de Atividades e Orçamento/ Para conhecimento;

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta membros, à exceção dos seguintes Sofia Fernandes, António Ferreira, Sandra Pinto, Manuel Duarte, Clotilde Gomes, Alda Malho, Ana Maria Martins, José Carlos Costa, Rui Duarte, Paulo Pinto e Ricardo Moura.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Ana Isabel Dias, Manuel Duarte, Alda Malho, António Eduardo Santos, Isabel Cosquete, José Bento Dias e João Gonçalves.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, e do Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal, David Teixeira, estiveram presentes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

os Vereadores António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e Elsa Maria de Moura Minhava.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Apreciação e votação da ata nº 4ª sessão ordinária realizada no dia 23 de setembro, do ano em curso.

A ata da 4ª sessão ordinária realizada no passado dia 23 de setembro de 2016 foi posta à consideração, tendo o deputado Domingos Vasconcelos feito um reparo.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que na sua intervenção, registada na página 8 da ata em questão, diz que a água entrou na Capela da Santíssima Trindade e não foi isso que ele disse. Disse que a água entrava no recinto e não na capela.

Posta a votação a ata foi aprovada por maioria com três abstenções dos deputados Jaime Barroso, João Santos e Ana Isabel Dias por não terem estado presentes na última reunião.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados João Soares, Acácio Gonçalves, Fátima Crespo, Marco Sousa, Domingos Vasconcelos, Pedro Barroso, José Fernando Moura e Ana Isabel Dias.

O deputado João Soares felicitou e agradeceu, em nome dos habitantes da Borralha, à Câmara Municipal de Montalegre pela inauguração da ponte que faz ligação entre as duas margens. Uma bela construção e que dignifica o concelho. Obras destas são precisas e agradecem-se. Agora os autocarros já podem fazer a ligação entre as duas margens sem perigo. O dia da sua inauguração foi oportuno pois foi o dia de Santa Bárbara, dia 3 de dezembro.

Salientou que há símbolos que reúnem respeito nas comunidades: a bandeira e o hino. E o pai, construtor e autor do hino do concelho de Montalegre faleceu. A Sé Catedral de Vila Real foi pequena para receber tanta gente que lhe quis prestar a última homenagem. Um voto de louvor à Câmara Municipal pois esteve lá o Presidente a representar todos os barrosões decretando luto municipal. Também a assembleia manifesta o lamento do seu falecimento com um voto de pesar.

Muitos foram os barrosões que passaram pelo Seminário de Vila Real e todos receberam os ensinamentos que foram transmitidos por Monsenhor Minhava. Foi ele que o motivou a visitar Montalegre e por aqui ficou.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Acácio Gonçalves disse que por lapso não fez correção à ata mas aproveita agora para dizer que quem consulta as atas da assembleia municipal não sabe quais são os valores concedidos nos pedidos de apoios financeiros e sendo a ata um documento informativo, deve ter o máximo de informação.

Entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exma. Mesa, meus senhores e minhas senhoras. Acácio Gonçalves, representante do Grupo Municipal do PSD/CDS, vem expor a V. Exa o seguinte: TESLA MOTORS é notícia do dia da comunicação social e na local "Notícias de Barroso" instala-se no Barroso, mais propriamente em Boticas na Casa Rural S. Cristóvão, tratando-se de uma empresa gigante a nível mundial produtora e instaladora de supercarregadores TESLA destinados a veículos elétricos, estando previstos instalar 3 supercarregadores em Portugal, um entre Lisboa e Porto, outro no Alentejo e um terceiro no Algarve. Possui em todo o mundo 4.800 carregadores em 769 locais, pretendendo no próximo ano instalar mundialmente o dobro dos que possui.

Tendo já a sede social em Lisboa na Avenida da Liberdade, encontra-se a explorar minério (LITIO) na zona do Barroso, mais propriamente nos montes de Carvalhais e Vilarinho da Mó autorizada legalmente.

A notícia acrescenta a construção de uma grande fábrica a nível europeu no nosso País, tendo já o Governo criado já um grupo de trabalho que certamente irá influenciar a sua localização. Vários Municípios (4) já disputam a sua sede para que seja localizada nos seus territórios.

Senhor Presidente da Câmara, que contatos já obteve neste sentido? Já se deslocou à exploração para se inteirar da situação? Quantos "rendez vous" já marcou com o seu Governo e com a dita cuja empresa? Ou será que o Senhor e seus acólitos se perdem nos magustos lá por França e esquecem-se dos "rendez vous" cá por Portugal?

Gostaríamos de ser informados devidamente a fim de podermos sonhar com a salvação do Concelho de Montalegre a nível de empregos e de riqueza, porque este mineral vale mais que o ouro negro. Montalegre, 21 de dezembro de 2016. Assinado, o deputado municipal, Acácio Gonçalves."

Entregou outro documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exma. Mesa, meus senhores e minhas senhoras. Falar de questões ambientais da nossa terra não é fácil e por mais que digamos que somos os melhores poderemos fazer ainda mais se houver boa vontade da nossa parte.

Deste modo, é necessário que nos interroguemos sobre aquilo que sistematicamente falamos: má qualidade da água potável e dos rios e reflexos na atividade das entidades públicas e privadas para se corrigir as condições necessárias sanitárias adequadas, nomeadamente: fornecimento de água potável, deposição ou reciclagem de água e resíduos sólidos, escoamento de águas urbanas e rurais para a unidade de tratamento, controlo da poluição de águas industriais, do solo e atmosfera e avaliação do impacto ambiental e social destas soluções concelhias: 1º - no campo industrial os esforços ambientais incidem nas áreas destinadas a zonas industriais de Montalegre e Salto, tratando-se os vários afluentes de cada atividade, empresa a empresa evitando as descargas nos rios e riachos que as circundam, nomeadamente na sede do concelho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

de Montalegre com descargas diretas no Rio Cávado; 2º - no campo doméstico a ETAR de Montalegre deve merecer mais atenção por parte do executivo pelo trabalho rudimentar que efetua, deixando de executar a profecia da "purificação" do rio Cávado para que foi criada e conseqüentemente a poluição da barragem de Sezelhe e do Alto Rabagão das quais já bebemos água que se diz potável; 3º - no campo da reciclagem, recolha e tratamento existem poucos recipientes a que possamos recorrer a fim de efetuarmos a separação dos lixos (papel, plásticos, óleos e pilhas) e o ecoponto do Valdoso após insistência na resolução do problema já funciona a 50%, continuando este município a esbanjar o seu potencial financeiro em atividades de limpeza, nomeadamente na recolha de lixos e seu tratamento onde se gasta anualmente muito dinheiro, cerca de 500.000,00€ (meio milhão de euros) que nos deixam impávidos e serenos perante crimes ambientais como foi a Pista Automóvel/ Rallycross do lado noroeste onde abundam restos de obras, pneus, telhas, madeiras, plásticos e outros, avistando-se de vez em quando veículos suspeitos de depósitos ilegais, constatando-se que a placa de proibição de depositar lixos está mal localizada e meia escondida, demonstrando bem o emprenho do executivo camarário na dissuasão de quem prevarica; 4º - no campo de tratamento rural na sede do concelho as águas residuais provenientes dos armazéns, estábulos e currais de explorações agrícolas nas imediações do Rio Cávado, poluem o parque de lazer com infiltrações ou mesmo descargas diretas no rio provenientes de lavagens de estabulação de animais ou mesmo estrumeiras, constatando-se a maioria não possuir fossas herméticas nem saneamentos com qualquer género de ETAR, devendo a divisão ambiental do Município aconselhá-los a tomarem medidas mais cautelosas e fiscalizando essas ilegalidades.

A causa desse impacto ambiental no parque de lazer e imediações do mesmo é notório no próprio leite e águas do rio, exalando cheiros nauseabundos principalmente em pleno estio.

Constata-se que as causas que provocam essa situação não é só consequência desse meio rural da margem direita do Cávado, tem outras proveniências: a) águas residuais da Zona Industrial que tem interligação com o Rio Cávado através da afluente "ribeiro de Sás" deveriam ser retidas e tratadas convenientemente em ETAR's certificadas individuais ou mesmo coletivas e nunca em ETAR's construídas "ad hoc"; b) atendendo ao crescimento populacional do Bairro do Castro o Município deveria repensar a situação possível de desviar saneamentos para a margem direita do Cávado e acabar de vez com a estação elevatória da ponte do Rigueiro de Sás, cujas avarias provocam possivelmente descargas ocasionais no rio; c) o riacho de Santa Catarina que também aflui ao Rio Cávado na rotunda dos bois exala cheiros nauseabundos indiciadores de poluições a montante que deveriam ser fiscalizados; d) a receção de esgotos no cruzamento da Azenha, antes da ponte de pau no final do parque de lazer, por vezes exala cheiros provenientes de saneamento lançado diretamente no rio que naquela zona do parque cria mau estar, deveria- lhe ser dado outro destino ao imóvel e canalizar diretamente à ETAR. Tenho dito, Montalegre, 21 de dezembro de 2016, assinado, o deputado Municipal, Acácio Gonçalves".

A deputada Fátima Crespo entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, Caros colegas: Queria em 1º lugar, lembrar novamente ao Executivo Municipal a necessidade imperativa da marcação da estrada de Vilar de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Perdizes, que em noites de nevoeiro se torna um verdadeiro pesadelo. Em 2º lugar fazer referência ao Halloween de Vilar de Perdizes que este ano atingiu o auge e que é um projeto que tem pernas para andar. Em 3º lugar- Como profissional de educação que fui durante 34 anos, 7 dos quais em funções de chefia de um grande Agrupamento de Escolas, devo confessar que me sinto triste por ter de acompanhar diariamente a novela dramática do Agrupamento de Escolas de Montalegre, uma novela sem fim à vista. E vem isto a propósito do artigo do Notícias de Barroso de 30. 11 2016, cujo título em letras garrafais " Representantes do PSD reuniram com a Direção do Agrupamento de Escolas". Esperava da leitura do mesmo, obter informação credível para além da percentagem dos professores colocados no início do ano letivo, dos rankings obtidos pela escola, da diferença do nº de alunos provocada pela desertificação. Francamente!!! Como podia o PSD ficar satisfeito com estas respostas? Melhor dizendo... Não teria o PSD questionado o ambiente que se vive na escola, condição essencial ao bom funcionamento da mesma e que, neste caso, toda a gente sabe que não é desde há muito tempo o ideal? Ninguém é feliz a trabalhar num ambiente hostil, nem os professores, nem os alunos, nem os encarregados de educação. O PSD ficaria melhor na fotografia se tivesse sido verdadeiro, expressando aquilo que o preocupava, que é afinal de contas, o que nos preocupa a todos – " O Superior Interesse das Crianças, que neste caso, não está nem continuará a estar salvaguardado. Fazer política séria é também dar algum contributo no sentido de ajudar a solucionar o problema, já que o que deve mover a comunidade educativa é salvaguardar o superior interesse das crianças. Encontrar soluções de consenso, que no caso, serão Soluções de Cedência do Egoísmo do Ser Humano, seria devolver à escola, o prestígio, a dignidade e o respeito que merece. A todos Feliz Natal, Boas Festas, Feliz 2017. Assinado, a deputada municipal, Maria de Fátima da Silva Crespo".

O deputado Marco Sousa entregou o seguinte documento à Mesa: "No seguimento dos factos ocorridos na última assembleia municipal do dia 23 de setembro de 2016, a bancada do PSD/CDS vem por este meio repudiar o comportamento anómalo e abusivo por parte do presidente desta assembleia municipal relativamente ao documento distribuído por uma funcionária aos líderes de bancada com o tema "Exposição" sobre um suposto "clima de instabilidade" no seio da comunidade escolar Dr. Bento da Cruz. Conforme a ata hoje aprovada, na última assembleia municipal não houve nenhuma deliberação no sentido de "empossar" momentaneamente o presidente do órgão deliberativo deste município (Presidente da Assembleia Municipal) de um determinado "poder executivo" (coisa que segundo o "Quadro de competências e regime jurídico dos órgãos dos municípios e freguesias" e regimento de funcionamento desta assembleia municipal não existe) no sentido de apelar ao atual ministro da educação para uma intervenção no sentido de interromper o processo eleitoral já em marcha no Agrupamento de Escolas Dr. Bento da Cruz.

Assim, a bancada do PSD/CDS considera que:

- Não foi dado a conhecer ao órgão deliberativo (assembleia municipal) nenhum documento (conforme evidencia a ata hoje aprovada). Deveria sim, ser dado a conhecimento, através do presidente desta assembleia, o teor do documento de nome "Exposição" e não meramente uma análise pessoal conforme o presidente desta assembleia fez.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

- O documento distribuído pelos líderes de bancada com o nome "Exposição" carece de legitimidade (não tinha subscritores)
 - Não houve nenhuma deliberação no sentido de enviar qualquer missiva ao atual ministro da educação nesta assembleia (conforme ilustra a ata hoje aprovada)
 - O teor do documento evidenciava uma pessoalização da situação, conforme demonstra o constante sublinhar de nomes e não de situações assim como a intervenção do presidente desta assembleia.
 - Toda e qualquer ação mediática tomada pelo presidente desta assembleia municipal foi à revelia desta assembleia, demonstrando desrespeito por este órgão deliberativo (assembleia municipal) e por conseguinte pelo órgão executivo (presidente e vice presidente deste município), transformando esta assembleia num autêntico "tribunal quinhentista" assumindo o papel de "Inquisidor Mor".
 - Mesmo assim, após a tomada de posse da nova direção do Agrupamento de Escolas Dr. Bento da Cruz, que ocorreu no dia 17 de Novembro, uma comitiva do PSD de Montalegre, reuniu, no dia seguinte, com a direção do agrupamento com a finalidade de ouvir a direção sobre os factos ocorridos na última assembleia municipal durante a qual o presidente deste órgão exibiu posteriormente, através de um órgão de comunicação social, um abaixo-assinado por 20 agentes da Escola com críticas ao seu funcionamento e visando sobretudo a direção do agrupamento, numa altura em que decorria o processo da eleição para aquele estabelecimento de ensino. Idêntica reunião foi solicitada aos professores contestatários que declinaram o convite alegando que não era sua intenção politizar a questão deixando a sua resolução ao cuidado dos tribunais. Numa postura de responsabilidade e ação concreta sobre os factos expostos, o PSD Montalegre procurou ouvir as partes para se inteirar a fundo do suposto problema e procurar a melhor forma de contribuir com soluções, sem julgamentos prévios ou ações intempestivas e despropositadas como aquela que foi levada a cabo pelo Presidente da Assembleia Municipal, que acabou por politizar a questão usando e abusando dos poderes para atingir os seus fins que se resumem à perturbação do processo eleitoral da Escola em curso à data.
- Na referida reunião, a direção do agrupamento fez uma exaustiva análise acerca do que se passa com o Agrupamento escolar de Montalegre e, perante o que classificou de inverdades que se têm espalhado na vila de Montalegre, fez notar que o ano letivo abriu com toda a normalidade. Deu ainda garantias de que os professores são tratados todos por igual. Foram distribuídos como a direção entendeu ser o melhor para os alunos, sendo essa a preocupação central da direção.
- O ambiente no seio da comunidade escolar é bom, as atividades são sempre muito participadas, a escola está bem e recomenda-se sendo disso prova os rankings nacionais. Foi ainda referido que os professores e funcionários contestatários do abaixo-assinado (20 num universo de 120) em vez de exporem os problemas à direção, fizeram-no diretamente à IGEC, e posteriormente à assembleia municipal, sem passar pela tutela (Câmara), sendo sobretudo questões do foro laboral quem devem ser dirimidas nos locais próprios.
- Não se entende o pedido inusitado de uma CAP feito pelo Presidente da Assembleia Municipal ao Sr. Ministro da Educação, ainda mais que se aproximava um ato eleitoral para a direção. Lamentou a campanha negra contra a escola e a falsa má imagem que se transmite desta comunidade escolar para a praça pública, potencializada pela comunicação social local (a Rádio Montalegre) não tendo dado à Escola tratamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

idêntico ao de outras entidades que recentemente se manifestaram com críticas impróprias e infundamentadas. A Escola não teve direito ao contraditório neste processo.

Foi ainda verificado que o concelho municipal de educação que devia reunir para tratar do funcionamento da Escola, ou reúne sem quórum e toma decisões ilegais ou não aborda o funcionamento.

A direção em tom de apelo referiu que a Escola precisa de paz, que a educação das crianças e dos jovens alunos é tarefa muito difícil que só se consegue com muita dedicação e trabalho que é aquilo que empenhadamente está a fazer a direção e que a comunidade Montalegrense tem razões de sobra para se sentir satisfeita com a Escola de Montalegre e até dela se orgulhar.

O PSD Montalegre, tendo mantido neste processo uma posição neutral e de arbitragem, não verificou assim qualquer situação anómala que justificasse a intervenção desmedida do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, tendo de classificar a mesma de uma atuação meramente política, adversa aos interesses da escola e do concelho, sendo a todos os níveis censurável e não se coaduna com as suas responsabilidades presentes e passadas.

Desta forma, continuado o tema da última assembleia municipal e tendo em conta as declarações do atual presidente desta assembleia, pergunto se poderá partilhar com esta assembleia de forma concreta quais foram as informações/situações que chegaram à Câmara, de processos de legalidade duvidosa, e quais foram os resultados das averiguações internas conforme informou esta assembleia na última sessão.

Da mesma forma pergunto ao atual presidente da camara, se ao dia de hoje pode garantir que não existe mais nenhuma situação anómala que envolva funcionários desta autarquia. Assinado, o deputado municipal, Marco Sousa.”

O deputado Domingos Vasconcelos entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores Vereadores, Senhores deputados municipais: Na sessão anterior, o Senhor Presidente desta assembleia fez uma intervenção sobre o agrupamento de escolas de Montalegre a criticar a atuação da sua direção, a propósito de uma exposição que alguns professores e funcionários lhe terão enviado. Fez uma crítica feroz ao ex-diretor do agrupamento com acusações graves ao exercício das suas funções e até à sua pessoa.

Fiquei bastante surpreendido com tantas acusações e solicitei até uma explicação ao Senhor Presidente da Câmara, na medida em que a autarquia tem responsabilidades na escola em várias áreas, nomeadamente a nível de instalações, de pessoal não docente e transportes escolares. Mas se um disse “mata”, o outro disse “esfola”.

O tema andou a ser badalado durante uns tempos através de comunicado do PSD e do PS, explorando um e outro as suas responsabilidades políticas a propósito deste tema. Também a rádio Montalegre durante alguns dias noticiou amplamente este assunto. Até a TV regional transmontana fez a sua reportagem sobre o tema.

Confesso que a minha informação era pouca. Mas com tanta notícia e tanta guerra, procurei outras informações e pude fazer o meu juízo e tirar conclusões. O alvo era o ex-diretor do agrupamento de escolas, sobre quem dispararam de toda a maneira e feitio, atingindo mesmo a sua dignidade. Este sentiu necessidade de se defender e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

esclarecer certas questões, o que fez no Notícias do Barroso sem que, até à data, tivesse havido qualquer desmentido.

Percebeu-se que estava em curso um processo de eleição de novo diretor do agrupamento, a que se candidataram outros concorrentes, de que resultou de forma tranquila e democrática a eleição da professora Graça Martins, confirmada superiormente pelos órgãos competentes do Ministério da Educação. Afinal o alegado ambiente de medo e terror não passou de falso alarme.

Também se apercebeu que foi uma birra da Câmara o encerramento da escola de Ferral, pois o Ministério da Educação deixou essas decisões ao critério das autarquias, como bem referiu o Presidente da Câmara de Chaves a propósito de uma reunião do Delegado Regional da Educação com os autarcas do Alto Tâmega. Não posso deixar de manifestar a minha discordância e indignação pelo encerramento da escola de Ferral. Estará também a de Cabril no mesmo caminho? Assinado, o deputado municipal, Domingos Vasconcelos.”

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara e ilustres Vereadores presentes, caros colegas.

Vai ser inevitável falar no assunto que está a dominar esta assembleia, mas primeiro iria-me debruçar sobre outro tema: Queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara se sabe o que se está a passar na Academia de Futebol e Futsal Abelhas Azuis (AFFAA)? É público que houve acusações de irregularidades nas contas por parte de alguns membros que levaram, inclusive, à demissão de dois membros da Direção, um deles o próprio Presidente, e também Deputado Municipal, Dr. José Carlos Costa. E lamento que este deputado não possa estar presente pois seria a pessoa mais indicada para esclarecer a situação. Lembro que o Município deve ser parte interessada, pois é, atualmente, o maior financiador deste meritório projeto. Ainda na última assembleia municipal aqui aprovamos um protocolo que prevê a transferência de 17 mil euros para a AFFAA. Volto a realçar que esta coletividade tem feito um trabalho muito meritório e até a bancada do PSD/CDS, por intermédio do meu colega Acácio Gonçalves tinha reconhecido (na Assembleia Municipal de há um ano) que esta Associação “com pouco fez muito”, pois em 2015 recebeu apenas 5 mil euros. Já na Assembleia Municipal de Abril deste ano, o deputado José Carlos Costa veio a esta casa apresentar o novo projeto, que incluía uma ligação ao Clube Desportivo e Cultural de Montalegre em termos organizacionais, mas com gestões diferentes. Na altura, parece que eu já adivinhava problemas e questionei o porquê da ligação ao Montalegre se até ali a ligação ao Colmeia tinha produzido tão bons resultados. Em suma, penso que são devidos esclarecimentos e que a seu tempo as contas da AFFAA devam vir a esta casa. E isto deveria ser transversal a todas as outras Associações que recebem participações do Município, a bem da Democracia e da Transparência.

Para mim já muito se falou do tema da Escola e acho que esse problema está a ser resolvido nas entidades competentes. Além disso até já há uma nova direção recém-empossada. Para mim o que é grave, e que me faz intervir, foi o comportamento inadmissível que o senhor Presidente da Assembleia teve na última sessão e as ações subseqüentes. E é verdade que o Prof. Fernando também é deputado municipal e também tem direito a ter opinião, mas não sabe desempenhar o lugar de Presidente deste órgão. Ainda hoje já se sobrepôs aos outros deputados ao responder aos colegas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Marcos Sousa e ao Domingos Vasconcelos, sem esperar pela sua vez, e agora vai ter de falar outra vez sobre o assunto para me responder. Tem todo o direito a intervir mas na sua vez. E tem direito a ter opinião, mas pergunto-lhe porque se apresentou na entrevista à comunicação social como Presidente da Assembleia Municipal e não como ex-presidente da Câmara, ou ex-professor, ou como simples cidadão? Tem direito a ter opinião sobre este tema, mas no Período Antes da Ordem do Dia, como os outros deputados, e não no ponto de Expediente para Conhecimento, como o fez na última assembleia. Aí só tinha de ler o suposto comunicado dos funcionários e sem quaisquer interpretações pessoais.

Além disso, não podemos deixar de reprovar e repudiar o comportamento abusivo que teve ao tomar posições pós-assembleia, em nome da mesma, sem que para isso tenha sido mandatado ou legitimado, pois não houve nenhuma votação ou deliberação para o suposto ofício. E isto é apenas mais um atropelo grave a este órgão, a juntar a outros como: o desconhecimento e não cumprimento do Regimento da Assembleia Municipal, o constante silenciar da palavra aos deputados da oposição, o responder em nome da Câmara, muitas vezes esquecendo-se que está presente o Presidente da Câmara para usar esse direito, etc. Ou seja, tem sido useiro e vezeiro na violação dos seus deveres enquanto presidente da Assembleia Municipal e constantemente demonstra que não tem conhecimento e condições para desempenhar este tão importante cargo, pelo quê, e mais um vez lhe digo, só lhe resta pedir a demissão. Assinado, o deputado municipal, Pedro Barroso.”

O deputado José Fernando Moura perguntou em que ponto está o processo concursal da estrada para Chaves.

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: “ Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, Ilustre executivo municipal e Senhores Vereadores, caros colegas desta Assembleia Municipal, muito bom dia a todos! Hoje dirijo-me ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para lhe colocar uma questão relativa às Estradas de Portugal, que estão, de resto, já a notificar as populações para pagamento de uma nova taxa. Refiro-me à deliberação da Assembleia da República quanto à aplicação de taxas às serventias de passagem e acesso a propriedades agrícolas e quaisquer estabelecimentos com acesso para estradas nacionais e regionais.

Ora, parece-me esta decisão de uma injustiça muito grande pois as propriedades agrícolas e respetivos acessos já lá estavam antes das construções das estradas, sobre os caminhos existentes.

Pergunto, portanto se o Sr. Presidente nos sabe esclarecer acerca desta decisão. Muito obrigada. Assinado, a deputada municipal, Ana Isabel Dias.”

O Senhor Presidente da Assembleia apelou aos membros do PSD para reunirem mais uma vez com a direção do Agrupamento de Escolas Dr. Bento da Cruz e que perguntem ao ex diretor porque é que foi destituído, porque é que foi suspenso oito meses da função pública e o que é que diz o relatório da inspeção relativamente ao despacho da sua suspensão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara começou por responder à deputada Ana Isabel Dias e informou que a referida taxa é uma preocupação que afetaria muita gente por todo o País, mas que foi corrigida em sede de votação do orçamento de Estado. Essa preocupação era legítima e prejudicava muita gente mas felizmente está resolvida.

A estrada para Chaves é uma preocupação de muita gente. Se dependesse da Câmara já estaria quase pronta, no entanto as regras da contratação pública não deixam avançar. Concorreram nove empresas, cinco foram eliminadas e quatro foram admitidas para análise de propostas. Fez-se o ordenamento dos candidatos através de uma plataforma desenvolvida para o efeito e veio à Câmara o relatório final com proposta de adjudicação com uma das empresas. As empresas preteridas reclamaram para o Tribunal Administrativo de Mirandela. A decisão veio passados quatro meses, dando alguma razão aos concorrentes. Os critérios de avaliação que o Júri do concurso utilizou estão corretos, mas no entender do tribunal não estão suficientemente justificados. Agora as propostas preteridas vão ter que ser repescadas para que se faça uma nova avaliação com novos fundamentos e justificações. Tudo isto leva o seu tempo e os prazos têm que ser cumpridos. Tudo isto justifica a falta de marcações na estrada para Chaves. Não se justifica que se façam marcações, que são caríssimas, e que constam da candidatura da obra. A estrada começa em Montalegre, no Bairro do Castro e vai até aos limites do concelho.

Sobre a Academia de Futebol e Futsal Abelhas Azuis, disse que esta tem órgãos próprios onde os seus problemas são tratados. Sabemos que houve um pedido de demissão, mas é uma situação normal e que com certeza a Academia irá resolver convenientemente. Também tem certeza que a Academia irá continuar a dinamizar desportivamente a juventude e continuará a trazer títulos para o concelho de Montalegre.

Sobre a escola, disse que se deve deixar a escola em paz. Meter política nas associações ou nas escolas dá sempre mau resultado. O PSD não aceita que a Câmara tenha tomado as posições que sempre tomou ao longo dos anos pelo que se passou no Concelho Geral Transitório. Já foi explicado e pensa que toda a gente percebeu que a Câmara não podia estar representada num órgão que não estava legalmente constituído. A situação já está ultrapassada, a escola tem novos órgãos diretivos, houve eleições e já teve oportunidade de felicitar e desejar publicamente êxito para a nova direção. Esta é a postura que se deve ter independentemente de quem quer que seja, pois tem que se cumprir com as responsabilidades. Na relação com a escola, vamos sempre além daquilo que nos é exigido.

Relativamente ao facto do PSD ter ido à escola, disse que não fica bem no contexto em que o dia-a-dia escolar se vem desenvolvendo e é uma forma de politizar a escola.

Renovou o pedido de se deixar a escola em paz.

Sobre a hipotética situação anómala com funcionários da autarquia, disse que está mais ou menos identificada e foi aberto um procedimento interno de inquérito para que sejam apuradas as conclusões.

Louvou as preocupações ambientais apresentadas pelo deputado Acácio Gonçalves, mas essas preocupações devem estar sempre na agenda de todos nós e todos os dias. A recolha seletiva do lixo no concelho de Montalegre mostra que as percentagens são ainda muito pequenas. Não são abonatórias para os nossos comportamentos mas não é correto culpabilizar a Câmara pela falta de civismo de cada um.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Sobre a qualidade da água dos rios disse que a Câmara avançou com duas candidaturas a fundos comunitários POSEUR (estação de tratamentos de águas de Salto e o saneamento básico de S. Vicente) e ambos foram reprovados com o argumento de que a qualidade da água é boa. Temos que começar a educar as pessoas e devia-se começar pelos mais novos. Se fosse diretor de uma escola nunca permitiria ver papéis dentro da própria escola.

Ainda sobre a qualidade da água, disse que os incêndios têm uma implicação nefasta na qualidade da mesma.

Disse que os investimentos feitos na Borralha vêm de trás e vão continuar. A casa da direção foi adquirida para se evitar que caia já que é do património da arqueologia mineira de que estamos a falar. Também o espaço do arquivo vai ser dinamizado com uma candidatura ao PROVERE que permitirá também a musealização das minas, criando assim um foco de dinamização turística para o Baixo Barroso.

Falou da marcha de Montalegre. Disse que é um património que une os barrosões, promove a nossa autoestima e perdurará para sempre e fez todo o sentido que o executivo tributasse tudo isto com o luto municipal e com a presença do Presidente da Câmara nas exéquias do Padre Minhava.

Sobre a fábrica da TESLA, disse que era bom que viesse para Portugal. São muitos interesses, jogos de bastidores e de diplomacia económica e política. E não se pode confundir o anúncio que a TESLA faz de que pretende investir na Europa com uma empresa australiana que está a fazer prospeções cujos resultados se aguardam. Disse que já teve uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da Energia para reclamar o investimento para Montalegre, só que não faz alarde disso.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Domingos Vasconcelos e João Soares.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que o Senhor Presidente da Assembleia afirmou que o ex diretor do Agrupamento de Escolas foi suspenso de funções, mas, segundo se sabe, o caso está em segredo de justiça. Contudo, com todo o quadro negro que foi pintado, a lista seguida do Sr. Ex- diretor ganhou com uma esmagadora maioria. Isso que é que não se pode esconder.

Disse que gostou muito da intervenção do Senhor Presidente da Câmara pois foi séria e responsável. Demonstrou que ele não conhecia a verdade toda do processo da escola e que está disposto a acalmar os ânimos. Disse que também é contra o facto de se politizar a escola, mas de facto o PSD apenas tentou combater a política do PS.

O deputado João Soares pediu ao Senhor Presidente da Câmara placas de sinalização para o polo museológico das Minas da Borralha, porque a Borralha tem três entradas e a entrada para quem vem de Braga está mal sinalizada, para facilitar a vida aos visitantes.

O deputado João Soares, em representação da Bancada do Partido Socialista, apresentou à Mesa a seguinte proposta de Voto de Reconhecimento e de Pesar pelo desaparecimento do Monsenhor Ângelo do Carmo Minhava: "Voto de reconhecimento e pesar: Em 2 de dezembro passado, faleceu, em Vila Real, Monsenhor Ângelo do Carmo Minhava, autor da Marcha de Montalegre.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Considerando que a Marcha de Montalegre é um símbolo emblemático da Capital da Terra Fria e é tratada com muito respeito e orgulho pelos Barrosões;
Considerando que o autor da marcha, Monsenhor Minhava foi, para além disso, professor de música e línguas no Seminário de Vila Real, frequentado, durante a sua vida, por mais de quatro centenas de Barrosões e que receberam os seus ensinamentos que marcaram indelevelmente os seus percursos de vida;
Considerando que a figura ao autor da marcha e de pedagogo de tantos Barrosões merece o reconhecimento desta Assembleia Municipal, representativa do sentimento dos Barrosões;
A bancada do Partido Socialista propõe a esta Assembleia Municipal a aprovação de um voto de pesar, pelo desaparecimento de Monsenhor Minhava que continuará no coração das gentes da terra fria sempre que, alegremente, entoarem a sua marcha. Montalegre, 21 de dezembro de 2016. Assinado, o deputado municipal João Soares.”

A proposta foi posta à consideração e inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves e Marco Sousa, os quais, em representação da Bancada da Coligação PSD/CDS, se associaram à proposta de Voto de Pesar.

Deliberação: A proposta de Voto de Pesar foi aprovada por unanimidade.

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscriveram-se para intervir os deputados Nuno Pereira e Domingos Vasconcelos.

O deputado Nuno Pereira disse que o Senhor Presidente da Câmara está um menino mal comportado pois, continuando assim, vai deixar o PSD sem argumentos para a sua campanha eleitoral, pois a questão da dívida está a esvair-se.
Disse que durante muito tempo ouviu falar de ilegalidades na escola e chocava o silêncio por parte de pessoas que agora falam disso com grande pujança.
Discordou da postura da Câmara quando não assistia às reuniões do conselho geral, pois a maior parte das pessoas desconhece o modelo atual da gestão das escolas. O conselho geral é o órgão máximo para a resolução de problemas relacionados com a atividade escolar e quando a Câmara fugiu às responsabilidades de exercer a sua influência nesse órgão, esteve a colaborar com esta situação de ilegalidade. A vida da escola é uma questão da comunidade e a Câmara tem particular responsabilidade naquilo que lá se passa porque efetivamente confundem-se conceitos. Uma coisa é partidarizar a vida da escola, outra coisa é politizar a vida da escola. Aquilo que se passa no interior da vida da escola é a distribuição de um bem público fundamental porque é um elevador cultural, pessoal, social dos jovens deste concelho. E sempre que se fala em bens públicos fala-se de política.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Apelou à Câmara Municipal que, através do Conselho Geral, zele pela boa distribuição deste bem público.

Disse que os rankings não servem para nada, mas as informações que deles se podem retirar podem ser muito importantes. E um deles é que a Escola Bento da Cruz, no ano passado, nos exames nacionais teve nota negativa. Isto é o que interessa. Temos que estar atentos a todos estes sinais.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que na página 6 do relatório fala na reparação de regadio em Vila Nova e gostava de saber que espécie de regadio, é onde foi feita esta intervenção.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não sabe qual é o regadio pois os dados apresentados são os dados enviados pelas brigadas, mas vai procurar saber e informar.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 - Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2017 – Opções do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita / Mapa de Pessoal para 2017.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Marco Sousa e Pedro Barroso.

O deputado Marco Sousa entregou o seguinte documento à Mesa: "Relativamente a este ponto gostaria de salientar que é o maior orçamento deste mandato, situado em quase 23 milhões de euros (ultrapassando o do ano de 2014), sendo assim de responsabilidade acrescida para o atual executivo muito por força dos projetos aprovados no âmbito do novo quadro comunitário (Norte2020, POSEUR, INTERREG) na rubrica de receitas de capital tais como o Jardim-de-infância e EB1 Salto, escola do baixo barroso, escola Dr. Bento da Cruz, o "Castelo de Montalegre", a casa mortuária de Montalegre, entre outros.

Sendo este o último orçamento do presente mandato, gostaria de realçar que no Plano de Atividades Municipais para 2017 a dotação prevista nas Funções Económicas (1 milhão e 750 mil euros dos cerca de 7 milhões 500 mil euros, ou seja cerca de 20%) somente 70 mil euros (4.6%) são destinados ao apoio da produção ovina e caprina (ao nível da Feira de Nanterre), medida populista altamente apregoada na última campanha eleitoral. Assinado, o deputado municipal Marco Sousa."

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Não interviu no ponto 4.1. mas, em primeiro lugar, queria fazer um reparo ao documento pois contem o nome Codeçoso da Chã. Ora que eu saiba, mesmo que eu tenha feito uma proposta noutro sentido, ainda pertence a Meixedo e fica mal vir referido dessa forma num documento oficial.

Em relação ao plano de atividades e orçamento para 2017, tenho que começar por referir que é óbvio que se trata de um documento para um ano de eleições e está um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

pouco empolado. De qualquer forma, tomara que tivesse uma execução superior a 90% como informou hoje o Presidente acerca da de 2016, sobretudo ao nível das águas e saneamentos para as aldeias referidas. E se forem todos concretizados só pecam por tardios. Mas queria saber se finalmente a CMM finalmente aboliu a “regra” que exigia as assinaturas e pagamento de pelo menos 80% dos moradores de um lugar para instalar o saneamento.

Já aqui foi dito nesta sessão que o Sr. Presidente terá estado num magusto em França em visita particular, mas sei que é público que foi à Alemanha em visita oficial para divulgação/negociação do Mundial de Rallycross e apresentação de projetos para melhoria das condições da “pista do Larouco”. Ora, gostava de perguntar se já tem ideia de quanto será o investimento nesses projetos e que garantias conseguiu (em anos) de manutenção da prova em Montalegre.

Sei que a Câmara esteve em peso na inauguração da Casa Mortuária de Codeçoso (de Meixedo), obra já concluída, mas não totalmente paga, e cujo custo total foi de 35 mil euros. A Junta e a Comissão de Compartes já conseguiram liquidar 20 mil euros, mas resta uma dívida de 15 mil ao empreiteiro que fez a obra. Sei que a Junta da União de Freguesias de Meixedo e Padornelos já terá feito o pedido deste valor, mas não o encontro refletido neste documento. Acho que nem é um valor muito alto, comparado com outros que já aqui foram aprovados para o mesmo efeito e que aquela população merecerá igual tratamento por parte do Município. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que a missão da Câmara é abrir caminhos e ele traçou os seus. Não vale a pena fazer chacota só porque não se fizeram plantações de árvores e quando não se tem os meios não se podem fazer milagres. Não há conselhos de baldios que queiram florestar e quando assim é, a Câmara nada pode fazer. Recompensam-se as pessoas que querem trabalhar na esperança que atrás de uns possam vir outros. Tem esperança que aumentando o subsídio sejam melhor sucedidos.

Foi a França fazer o que compete a qualquer Presidente da Câmara fazer. Foi convidado pela comunidade local para estar presente numa festividade e a câmara pagou apenas a despesa do avião.

Foi também à Alemanha negociar com a IMG a continuidade da prova do mundial na nossa pista pois há muitos países interessados nela. Levamos um novo projeto da pista, que é caro, mas que tem que se fazer se quisermos continuar dentro da prova. Progressivamente vão ser introduzidos melhoramentos mas tudo isto custa milhões.

Sobre a casa mortuária de Codeçoso, terá o apoio como as demais tiveram e irá ser contemplada como as outras.

Sobre águas e saneamentos, disse que nos próximos vinte anos o investimento vai ser direcionado para estas áreas. E todas as localidades que estão fora do sistema vão ter que nele entrar imediatamente não importando dizer que a água é do conselho diretivo. É um investimento que não dá votos e onde se gasta muito dinheiro.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria, com uma abstenção do deputado Pedro Barroso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.3 - Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no uso da autorização prévia aprovada pela assembleia Municipal, na sessão realizada no dia 22 de dezembro 2015.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.4 - Alteração ao Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Família.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves e Pedro Barroso.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "O deputado Acácio Gonçalves entregou à Mesa da Assembleia o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Presidente da Assembleia Municipal. Acácio da Silva Gonçalves, da coligação PSD/CDS, vem requerer a V. Exa se digne anexar à ata desta reunião da Assembleia Municipal a exposição apresentada à provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre a fim de que todos os membros tomem conhecimento de que os problemas com a creche não só de cariz financeiro como se depreende do seguinte documento: "Exmo. Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, Montalegre 29 de novembro de 2016. A creche tem funções que ultrapassam a mera substituição da família ou a antecipação da escola. Deve começar por ser prolongamento do meio familiar, mas apenas enquanto meio de vida em clima de intimidade, afeto e bem-estar, condição sem a qual não é possível o alargamento das experiências que se consideram fundamentais.

A valência da creche, tendo como primeira função a substituição da mãe, na impossibilidade desta permanecer junto da criança, deve na sua ação, privilegiar a qualidade relacional que o adulto mantém com a criança, encarando-se todavia a relação de afeto em meio institucional, como manifestação de respeito pela criança como pessoa e não como decalque da relação natural mãe/filho.

As atividades proporcionadas pela valência de creche para responder às reais necessidades das crianças, devem ser encaradas mais como fatores de aprendizagem de vida, de interação com pares e de manifestação da individualidade, do que um mero contributo para o desenvolvimento de áreas consideradas isoladamente no todo que é a criança. É com base no sucesso destas vivências que as etapas posteriores são também vividas com sucesso, porque determinantes da construção de uma imagem positiva da criança.

A Creche da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre em particular tem desenvolvido ao longo das últimas décadas um trabalho exemplar no acolhimento das crianças.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A sua localização num concelho de interior, onde é a única instituição da vila de Montalegre a colher crianças dos 4 meses aos 36 meses, implica uma maior descoberta e de maior necessidade de atenção.

Conscientes das suas obrigações de colaboração para o bom funcionamento da instituição onde os seus filhos passam muitas horas do seu dia, vêm os encarregados de educação apresentar algumas sugestões que entendem ser cruciais, sobretudo no âmbito de algumas alterações quem tem vindo a ser implementadas desde o início do corrente ano letivo:

1 – Da alteração do número de funcionárias: a creche manteve durante vários anos o número de funcionárias, tendo criado um grupo de trabalho exemplar, onde era notório o bem-estar e segurança das crianças.

Sucedo que o início do ano letivo trouxe alterações a este nível, tendo já sido deslocada uma funcionária e havendo já informação de que será deslocada outra.

O número de crianças a frequentar a instituição é elevado e a sua segurança, conforto e higiene dependem da manutenção das trabalhadoras. Com efeito, a alteração do número de funcionárias importa a permanência das crianças com uma funcionária na sala, o que põe em causa a sua segurança e conforto.

Importa também referir que a creche abre às oito da manhã com apenas uma funcionária. Ora, caso haja um acidente pessoal, quer da funcionária quer de uma das crianças ao seu cuidado, não há ninguém para prestar auxílio e/ou assegurar o serviço. O que denota claramente que o número de funcionárias é insuficiente.

Salientamos ainda o facto de a meio do dia as funcionárias terem um período de descanso rotativo durante o qual as restantes asseguram o serviço. Ora, não havendo funcionárias suficientes a vigilância e cuidado das crianças resultam prejudicados. E até mesmo a alimentação pois, sobretudo no berçário, é muito difícil e demorado alimentar cada criança, ainda em fase de adaptação e aprendizagem no que respeita à alimentação.

Ao contrário de outras faixas etárias, designadamente idosos, as crianças implicam cuidados constantes e atenção redobrada, exigindo dos cuidadores energia e supervisão constantes.

2 – Do aquecimento: tem sido notória a baixa de temperatura nas instalações da creche. A maioria dos pais têm notado isso quando deixa os filhos de manhã. E várias crianças adoeceram.

Ora, as crianças que frequentam a creche usam quase todas fralda, bastando apanhar frio na altura da muda para ficarem doentes.

Acresce que algumas crianças tem problemas de saúde que não se compadecem com baixas temperaturas, pelo que entendemos que desde a hora de abertura à hora de fecho deve ser assegurado um ambiente quente, sobretudo porque as instalações tem fracas condições de isolamento e o edifício arrefece com muita facilidade, tanto mais que estamos numa das zonas mais frias do país e como tal carece de melhor resposta em termos de aquecimento.

3 – Do período de encerramento da creche: nos últimos anos a creche tem encerrado uma quinzena. O que tem ocorrido no mês de agosto.

Atentas as alterações que vem sendo implementadas tememos que essa situação venha a piorar, implicando naturais constrangimentos para os pais que trabalham e não têm alternativa para deixar as crianças, no mês de maior movimento no concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A redução do número de funcionárias poderá também aqui ter implicações. Com efeito, reduzindo tão drasticamente o número de funcionárias, não haverá margem para férias ou baixas médicas. É intenção da Provedoria da Santa Casa dar férias todas ao mesmo tempo?

Estamos certos de que a creche da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre é uma valência crucial neste tão despovoado concelho e de que se trata de uma instituição inilidível utilidade pública.

A fixação dos jovens no concelho depende de muitos fatores e estamos todos de acordo que o bem estar das crianças será o mais importante de todos.

Assim solicitamos a V. Exa se digne marcar reunião com todos os encarregados de educação das crianças que frequentam a creche de modo a que todos juntos possamos encontrar soluções que mantenham e melhorem as condições de funcionamento da creche. Assinado, os encarregados de educação.”

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente da AM, eu sei que não gosta de mim, até porque hoje já pedi a sua demissão, mas a agir dessa forma ainda me vai dar mais razão. Voltou a não me dar a palavra no ponto 4.2. quando eu tinha esse direito por não ter visto todas as questões respondidas pelo Presidente da Câmara. E assim violou mais uma vez o Regimento que devia conhecer mas que lhe vou ler. O ponto 5 do artigo 25 diz que “No período da Ordem do Dia será concedida a palavra a cada membro da assembleia municipal que para tanto se inscreva para intervir nos debates, no máximo por duas vezes sobre cada assunto em discussão e por período total não superior a 4 (quatro) minutos.” E, já agora, o ponto 6, do mesmo artigo, refere que “Quando os membros a mesa da assembleia municipal pretenderem intervir sobre os assuntos do Período da Ordem do Dia, devem abandonar a mesa”.

Sobre a Alteração ao Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Família, posso dizer que esta bancada está de acordo e só achamos que peca por tardia. Desde cedo que os Vereadores da Oposição informaram o Município que esse Regulamento continha ilegalidades por ser adaptado ao Regulamento da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre (que também continha ilegalidades) e não à Circular nº 4 da DGSS que rege este sector, e que estabelece os valores dos escalões do abono de família em função do rendimento per capita de cada família e, indiretamente, a comparticipação a pagar pela frequência da creche. Ora, os valores que a Santa Casa estava a cobrar, e mesmo antes da entrada do atual Provedor, estavam muito acima da lei e isso prejudicava sobretudo os profissionais liberais e os trabalhadores independentes, a quem era cobrada a mensalidade máxima independentemente do rendimento per capita. E a correção desse regulamento só aconteceu após a denúncia dos vereadores da oposição, que todos devemos louvar pelo trabalho desenvolvido para que esta situação tenha sido corrigida em favor das famílias. Lembro também que foi graças à luta da oposição que o Município alterou o Regulamento de Apoio à Família no sentido de contemplar o segundo filho e não apenas o terceiro como inicialmente estava regulado.

Quanto à alteração que hoje será aprovada espero mesmo que venha a ser cumprida, pois custa-me muito ler coisas como as que vêm num comunicado da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre (datado de 30/06/2016), em que se diz que “os valores a cobrar são calculados em função do rendimento per capita do agregado. Não só os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

declarados, mas os verdadeiros (...). Todos sabemos que muitas vezes há discrepância entre o que se declara e o que se tem. Se um empresário diz que não tem rendimentos, se uma pessoa não apresenta vencimento mas trabalho ao dia continuamente, se diz que está desempregada e trabalha na pastelaria ou no restaurante, será justo isentá-los?”. Acho que o Sr. Provedor não se deve armar em justiceiro, querendo fazer justiça fiscal com as suas próprias mãos, pois pode abrir um precedente arbitrário e perigoso. Deve deixar as Finanças fazerem o seu trabalho e concentrar-se no seu. Assinado, o deputado municipal, Pedro Barroso.”

O Senhor Presidente da Assembleia realçou que o assunto que está em discussão é o ponto 4.4 - Alteração ao Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Família e que esteve para cortar a palavra ao deputado Acácio Gonçalves por abuso e indecência e não o fez porque pensava que o assunto por ele levantado fosse encadear o ponto em questão. Tratou-se de uma atuação abusiva e confusa pois o deputado Acácio pensa que está na assembleia geral da Santa Casa da Misericórdia.

Disse que há menos 14 alunos a frequentar a creche do que no ano passado e que já houve uma resposta a essa carta e o provedor gere a instituição com responsabilidade e eficácia.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.5 -Tribunal de Contas / Homologação das contas relativas aos exercícios de 2011 e 2012 – Recomendações / Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves e Marco Sousa.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exma. Mesa, meus senhores e minhas senhoras. Acácio Gonçalves, representante do Grupo Municipal do PSD/CDS, vem expor a V. Exa o seguinte: para que conste da ata desta Assembleia Municipal, deverá este Grupo Municipal, porque razão há mais de cinco anos que não apresenta as contas de gerência referentes ao Matadouro Regional do Alto Tâmega e Barroso como legalmente está o Matadouro obrigado e o executivo municipal consente esta ilegalidade? Pois há factos que nunca esclareceu e está obrigado a fazê-lo, como são os factos que lhe vou apresentar:

1º - Que é feito do dinheiro que solicitou nesta Assembleia Municipal para o investimento em ações no montante de 100.000,00€?

2º - A aprovação do aumento de capital do matadouro no valor de 240.000,00€ já tem acionista? Quem é?

3º - Onde foi V. Exa descobrir dinheiro para realizar de capital social de 25.000,00€ em 2015 para 225.000,00€ em 2016, ou seja o capital social do município passa de 20% para 55,55%?

4º - Nós membros desta Assembleia Municipal não sabemos tudo o que a Lei estabelece, mas não estamos aqui para sermos passivos com o que o PS na pessoa do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

seu Presidente da Câmara deseja; refiro-me ao que a proposta de 15 de setembro de 2016 propunha autorizar um aumento de capital social de 240.000,00€ do Matadouro por parte de não acionistas, dizendo mais abaixo o seguinte: "Considerando que apesar da economia local participar no reforço da capacidade económica e financeira e operacional do Matadouro Regional do Barroso, o Município de Montalegre por força do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei 50/2012 de 31 de agosto está legalmente impedido de o fazer."

5º - Desejamos ser devidamente esclarecidos caso contrário teremos de esclarecer a situação por outra via tutelar. Montalegre, 21 de dezembro de 2016. Assinado, o deputado municipal Acácio da Silva Gonçalves."

O deputado Marco Sousa entregou o seguinte documento à Mesa: "Neste ponto, apesar de ser só para conhecimento desta assembleia e de forma a haver total conhecimento sobre a situação financeira do município acerca das entidades participadas pelo mesmo, gostaria de solicitar através desta assembleia informação financeira relativa à sociedade "Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, SA" de forma a obter a verdadeira perceção da sua situação financeira através da análise dos seus ativos, passivos e capital próprio. Esta informação é fundamental para toda e qualquer posição a tomar pelo município de Montalegre, como acionista e por conseguinte parte interessada. A presente recomendação do Tribunal de Contas alerta nesse sentido, sendo amplamente crucial para a verdadeira resolução da situação económico-financeira da sociedade "Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, SA, sendo esta sociedade uma possível alavanca para o crescimento económico do concelho. Assinado, o deputado municipal Marco Sousa."

O Senhor Presidente disse que as contas do matadouro podem ser apresentadas na assembleia municipal, mas avisa que não são nada simpáticas. O matadouro está falido e parece que querem transforma-lo numa arma de arremesso político e para fechá-lo definitivamente basta um pequeno toque e cairá. Deixaria de passar mal as noites e a desgastar-se a tentar procurar motivar alguém que possa salvar aquela importante infra-estrutura.

Perante tudo isto, a Câmara tem que se desvincular da situação de incumprimento em que se encontra pois pode ser penalizada noutras matérias.

O matadouro está em falência há muitos anos e vive de balões de oxigénio. A Câmara tem responsabilidades em encontrar soluções que lhe garantam sustentabilidade pois trata-se de um espaço de alavanque à agricultura do concelho. É o que o Presidente da Câmara faz.

A Câmara tem um gabinete de apoio ao investidor e empreendedor e era bom que chateassem mais o responsável ali em funções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.6 - Pedido de apoio financeiro formulado pela Presidente da Junta de Freguesia de Pitões das Júnias, destinado ao pagamento do serviço de atendimento ao público prestado no Polo do Ecomuseu, no corrente ano de 2016.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Marco Sousa.

O deputado Marco Sousa entregou o seguinte documento à Mesa: "Relativamente ao pedido de apoio formulado pela presidente da junta de freguesia de Pitões das Júnias, gostaria de realçar que este mesmo pedido deveria ser efetuado pela entidade Ecomuseu de Barroso e não pela junta de freguesia do polo subjacente. É uma questão de coerência e organização financeira.

Este é um claro exemplo em que toda e qualquer entidade que dependa financeiramente do município, neste caso concreto o "Ecomuseu de Barroso" deve prestar contas a esta assembleia. Desta forma abstemo-nos. Assinado, o deputado municipal Marco Sousa."

Deliberação: O pedido de apoio financeiro no valor de 4.000,00€ foi aprovado por maioria, com seis abstenções dos deputados Albertina Lopes, Acácio Gonçalves, Marco Sousa, Domingos Vasconcelos, Pedro Barroso e Joaquim Babo.

4.7 - Classificação do imóvel Hotel Rural Senhora dos Remédios em Mourilhe como monumento de interesse municipal em que é requerente António Lourenço Fontes, residente n rua da Portela, nº 5 – Mourilhe.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções:

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.8 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Francisco Afonso Gonçalves, residente em Lama da Missa, U.F. Viade e Fervidelas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.9 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria do Sameiro Francisca Carvalho Gonçalves, residente em Lamas, U.F. Viade e Fervidelas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.10 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. João Manuel Rodrigues Mendes Duarte, residente em Montalegre, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.11 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Sebastião Armando Morais, residente em Vilaça, U.F. Paradela, Contim e Fiães, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.12 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. José Carlos Alves Barros, residente em Galhas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.13 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Clara Pereira Carvalho Barroso, residente em Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.14 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Aldina Gonçalves Pereira, residente na Lama da Missa, nº 8, U.F. de Viade de Baixo e Fervidelas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.15 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Vítor Manuel Vilar Martins Pereira, residente em Lapela, Cabril, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.16 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Alexandre Dionísio Silva Antunes, residente em Mourilhe, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.17- Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Adérito Cruz Mendes Rosa, residente na rua Ramil, nº 13, Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.18 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Luís Barroso Fonte, residente na rua Ternoal, nº 29, Codeçoso, U.F. Meixedo e Padornelos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.19 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Joaquim Dias Alves, residente na rua do Avelar, nº 956, Montalegre, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.20 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Dias Henriques, residente na rua Casal de Marcos, nº 97, Montalegre, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.21 - Minuta de Contra-Programa entre os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.22 - Minuta de Contra-Programa entre o município de Montalegre, e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.23 - CIM Alto Tâmega / Plano de Atividades e Orçamento/ Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que estava terminada a discussão da ordem do dia e, não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas